



14ª Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico (GTI-Plansab)

Data: 26 de março de 2018

Horário: 14h30 às 17h30

Local: Sala 903 do Ministério das Cidades – Brasília/DF

Pauta

1. Abertura
2. Aprovação da ata da 13ª reunião
3. Apreciação do Relatório de Avaliação Anual do Plansab – Ano 2016
4. Informes sobre o processo de Revisão do Plansab
5. Encerramento

Participantes Titulares ou Suplentes

Ministério das Cidades: Ernani Ciríaco de Miranda.

Ministério da Fazenda: Andrey Goldner Baptista Silva.

Ministério da Saúde/SVS: Adriana Rodrigues Cabral.

Ministério da Saúde/Funasa: Patrícia Valéria Vaz Areal e Juliana de Senzi Zancul

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Marcel Olivi Gonzaga Barbosa.

Ministério da Integração Nacional: Stanley Rodrigues Bastos.

Agência Nacional de Águas: Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Letícia Barbosa Pimentel.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos: Julio Thadeu Silva Kettelhut.

Conselho Nacional das Cidades (Concidades):

Empresários: Ana Lia de Castro.

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa: Darci Barnech Campani.

Poder Público Municipal: Priscila Bernardes Alvares e Francisco dos S. Lopes.

Outros participantes

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Pedro Emílio Pereira Teodoro.

Ministério do Meio Ambiente: Joselito Oliveira Alves.



Fundação Nacional de Saúde: Allyson Sullyvan Rodrigues Silva.

Ministério das Cidades: César Eduardo Scherer, Wilma Miranda Tomé Machado, Érika Freitas Costa Gomes, Alexandre Araújo Godeiro Carlos, Marcelo de Paula Neves Leles, Rogério Borges Marques, Guilherme da Silva Pereira, Samuel de Carvalho Caprini, Thalia Martins Araújo de Oliveira, Lila Shalamar Aquino de Oliveira e Arthur Vinícius Rosa Lima.

AMMA: Antônio Junio G. da Cruz

Memória

1. Abertura

A 14ª reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico (GTI-Plansab) teve início às 15h00, presidida pelo Sr. Ernani Ciríaco de Miranda, Diretor do Departamento de Planejamento e Regulação (DPLAR) da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades.

2. Aprovação da ata da 13ª reunião

Foi apresentada a ata da 13ª reunião, a qual foi aprovada pelos presentes. O representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão se absteve, pelo fato de não ter participado da referida reunião.

3. Apreciação do Relatório de Avaliação Anual do Plansab – Ano 2016

O Sr. Ernani Miranda apresentou o Relatório de Avaliação Anual do Plansab referente ao ano de 2016, por meio da apresentação em *power point* anexa, e informou que foram recebidas, por e-mail, as considerações do Ministério da Fazenda.

Com relação à avaliação dos Cenários, foi comentado sobre a concepção dos mesmos e o fato de o cenário 1 (de referência) ter se deslocado para o cenário 3. O Sr. Ernani Miranda esclareceu sobre a necessidade de se atualizar os cenários, por ocasião da revisão do Plano.

Quanto aos indicadores e metas, o Sr. Ernani Miranda ressaltou as dificuldades para o monitoramento, tendo em vista a mudança da forma de disponibilização das informações da Pnad para a Pnad-Contínua, o que demandou a formalização de pedido de complementação das mesmas junto ao IBGE.

Nesse sentido, o Sr. Darci Campani (ABES) sugeriu a adoção do SNIS como fonte de dados para o cálculo dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. O Sr. Ernani Miranda esclareceu que o SNIS não dispõe de todas as informações necessárias para esses cálculos, como por exemplo, o abastecimento de água, que

não possui registro sobre o atendimento por poço ou nascente, considerado como solução adequada pelo Plansab. Informou ainda que o SINISA deve utilizar o domicílio como unidade de medida ao invés de população, o que é muito positivo e aderente ao Plansab. Uma alternativa a analisar seria, no processo de revisão do Plano, separar rede das demais formas de atendimento e utilizar os dados do SNIS e da Pnad-Contínua de forma combinada.

Especificamente sobre a meta R3 (% de municípios com presença de lixão/vazadouro de resíduos sólidos), a Sra. Priscila Alvares (CNM) questionou a denominação de “aterro controlado”, a qual já foi abolida pela ABNT, permanecendo, como solução adequada, apenas os “aterros sanitários”. Na sequência, o Sr. Pedro Emílio (MP) questionou sobre a menção à Lei nº 6.938/81 no relatório, como amparo legal para a erradicação de lixões em contraposição à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foi esclarecido que a Lei 12.305/2010 trata da obrigatoriedade da disposição adequada de rejeitos em aterros sanitários e não do fim de lixões.

No que se refere à meta R4 (% de municípios com coleta seletiva de RSD), o Sr. Ernani Miranda ponderou que, como os dados são obtidos por meio SNIS, não há como qualificar se a coleta ocorre em todo o Município ou apenas em parte dele. O Sr. Darci Campani (ABES) alertou quanto à redução expressiva do indicador nas macrorregiões Norte e Nordeste, que pode estar sinalizando instabilidade na base de dados.

Ainda nesse contexto, a Sra. Letícia Pimentel (BNDES), questionou sobre a possibilidade da inclusão de um indicador associado à não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos, ao que o Sr. Ernani Miranda esclareceu que o instrumento adequado para essa análise seria o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Quanto à meta R5 (% de municípios que cobram taxa de resíduos sólidos), a Sra. Priscila Alvares (CNM) ponderou que o indicador, da forma como foi concebido, não permite a análise da sustentabilidade financeira da taxa em relação ao serviço que é prestado. O Sr. Darci Campani (ABES) complementou, afirmando que a instituição de uma taxa de coleta de resíduos sólidos demandaria uma mudança na Constituição.

Em seguida, o Sr. Ernani Miranda apresentou os resultados do indicador relacionado à drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, cuja análise está limitada a uma série histórica de apenas dois anos, com dados obtidos pelo Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

O Sr. Joselito Alves (MMA) ressaltou a importância de se ter, no processo de revisão do Plansab, uma aproximação entre o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista a definição das macrodiretrizes e estratégias constantes do Plano e aquelas constantes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como forma de se evitar duplicidades e/ou incoerências propondo, para isso, a realização de um seminário interno sobre o tema. O Sr. Ernani Miranda informou que estão previstas reuniões interministeriais e interinstitucionais para discutir a

revisão do Plansab e que o Ministério do Meio Ambiente está entre os Ministério com quem se prevê fazer reuniões. No momento, está-se aguardando o planejamento do processo de revisão para se definir a escala de reuniões.

A Sra. Priscila Álvares (CNM) destacou o aumento no número de municípios que tem solicitado recursos federais para a execução de obras de drenagem urbana. O Sr. César Scherer (SNSA/MCidades), informou que atualmente somente os municípios constantes na lista de regiões metropolitanas críticas, definida no programa gestão de risco e respostas a desastres, tem condições de acessar recursos para drenagem.

O Sr. Ernani Miranda procedeu, na sequência, à apresentação da avaliação das macrodiretrizes e estratégias, sendo verificado um aumento significativo no número de estratégias observadas pelos órgãos do Governo Federal.

Quanto aos indicadores auxiliares, o Sr. Darci Campani (ABES) sugeriu alterar as cores da Figura 11 (Distribuição do *déficit* em abastecimento de água, segundo faixas de renda), para facilitar a compreensão. A Sra. Letícia Pimentel (BNDES) sugeriu a adoção dos indicadores “Caracterização do *déficit* em saneamento básico” e “Identificação do *déficit* em abastecimento de água segundo faixas de renda e raça ou cor da pele” como indicadores oficiais por ocasião da Revisão do Plano.

Prosseguindo, foram apresentados os resultados da avaliação dos Programas. Foi apresentada como sugestão, para a elaboração do próximo relatório, a contabilização das contrapartidas dos investimentos realizados por todos os órgãos federais e não apenas pelo Ministério das Cidades. A Sra. Letícia Pimentel (BNDES), pediu esclarecimentos sobre a inclusão dos investimentos realizados nos anos de 2011 a 2013 como parte dos investimentos do Plansab, já que o mesmo tem horizonte a partir de 2014. O Sr. Ernani Miranda esclareceu que, o Relatório estima que o impacto dos investimentos realizados ocorre, em média, três anos após a realização dos mesmos. Assim, na avaliação adotou-se os investimentos realizados no triênio 2011-2013 como parte do Plano, pois o impacto nas metas somente deve ocorrer a partir do primeiro ano de sua implementação. Foi solicitado então, que essa justificativa seja mais bem detalhada no Relatório.

A Sra. Priscila Álvares (CNM) solicitou que se registrasse na Ata da Reunião a discordância da CNM quanto à consideração de recursos de empréstimos, como os do FGTS, como sendo recursos federais, uma vez que os mesmos serão pagos pelos tomadores. Foi esclarecido que o Plansab prevê esses recursos no grupo dos recursos de "agentes federais" e que por isso o relatório de avaliação não tem como alterar esta classificação.

O Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA) sugeriu criar-se, no âmbito do Plansab, uma avaliação sobre a correspondência entre os investimentos realizados e as metas que estão sendo implementadas, como forma de se medir a efetividade dos mesmos. Para isso, seria preciso criar uma metodologia de monitoramento capaz de relacionar os recursos financeiros empregados e o avanço de cada uma das metas físicas. A ideia ficou como proposta a ser avaliada para aplicação no futuro, destacando-se que essa medida depende do sistema de monitoramento dos



Programas, que, no caso do Ministério das Cidades, ainda não fornece os elementos necessários para tal avaliação.

Após, finalizada a apresentação e debate, o Sr. Ernani Miranda submeteu aos presentes a aprovação do Relatório de Avaliação Anual do Plansab – 2016, que foi aprovado por unanimidade.

4. Informes sobre o processo de Revisão do Plansab

O Sr. Ernani Miranda passou então, a um breve informe sobre o processo de Revisão do Plansab. A princípio o Plano deve manter o horizonte de planejamento, ou seja, 2033. Foram realizadas, em 2017, reuniões com representantes de ministérios e órgãos federais e de associações, universidades, conselhos e sociedade civil, cujas contribuições foram registradas e a síntese foi encaminhada para todos os participantes. Essas contribuições serão analisadas no processo de revisão do Plano.

Estão previstas novas reuniões com representantes de setores que tem interface com o saneamento, como recursos hídricos, meio ambiente, saúde, entre outros. Serão também realizadas reuniões com ministérios e órgãos do governo federal que atuam no saneamento básico.

Quanto aos Cenários, será aproveitado o estudo de cenários detalhado no Panorama do Saneamento Básico no Brasil, desenvolvido à época em que o Plansab foi elaborado. A proposta inicial é manter o Cenário 1 (mais otimista) e considerar os Cenários 5 (intermediário) e 11 (mais pessimista), definindo-se e atualizando-se os indicadores para cada um desses cenários.

Quanto às macrodiretrizes e estratégias, está sendo feito um exercício de aglutinação daquelas que possuem o mesmo conteúdo, sem que se perca a essência original.

Há uma tendência de se manter as metas previstas no Plano original. No entanto, já se sabe preliminarmente que, somente com a atualização monetária, mesmo descontando-se os investimentos já realizados, a manutenção das metas atuais requererá maiores recursos de investimentos do que aqueles previstos no Plano original. Assim, será necessário propor alternativas de recursos para financiamento do setor, que se somem àqueles já tradicionalmente utilizados e previstos no Plano original, como única forma de se conseguir manter as metas atuais.

Por fim, o Sr. Ernani Miranda ressaltou que a premissa principal da revisão é que não se trata da elaboração de um novo Plano, mas sim de revisar o Plano existente. Após todas essas considerações, a estrutura proposta para a revisão do Plansab foi, então, aprovada pelos presentes.

5. Encerramento

Esgotada toda a pauta, o Sr. Ernani Miranda agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.